

Assunto: FW: Proj. DLR 53/X - parecer
Anexos: image001.jpg; image002.jpg; image003.jpg

De: Apa Açores <apacores@gmail.com>
Data: 9 de Setembro de 2015 às 12:08:54 WEST
Para: <fcesar@alra.pt>
Assunto: Proj. DLR 53/X - parecer

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Permanente de Economia

O abate sistemático de animais ditos "errantes" não é forma de controlo destas populações, como facilmente se verifica. O número de abates nos canis de São Miguel (realidade mais conhecida para nós) é demasiadamente elevado para uma sociedade do século XXI que se quer evoluída e o número de animais abandonados ou entregues nos canis não para de aumentar.

Apenas uma política de consciencialização para adoções responsáveis, de prevenção contra o abandono e, de extrema importância, de esterilização/castração poderá ajudar a diminuir este flagelo. A esterilização/castração tem de ser obrigatória para quem vai adotar um animal a um canil municipal. Sabemos que, por exemplo, no canil de Ponta Delgada, ao adotar um animal e dentro da taxa paga poderá estar incluída a esterilização/castração do animal. É entregue ao adotante uma guia com a qual deve dirigir-se à clínica veterinária indicada pelo canil para submeter o animal à cirurgia. O que tem acontecido é que parte das pessoas não fazem este procedimento. Assim os animais continuam por esterilizar/castrar. Uma forma de colmatar esta falha é o animal ser entregue ao adotante após a cirurgia e restabelecido. A política de esterilização/castração deverá ser seguida por todos os canis dos Açores.

Deverá, sim, ser essa a aposta dos canis municipais da Região: não ao abate mas sim à esterilização/castração e sensibilização para a adoção. Ao fazer-se a "aposta", e muito bem, no fim dos abates, há que as câmaras municipais estarem muito bem preparadas para os que as espera. É que ao optar-se pelo abate, estas instituições "fogem" das despesas de tratamento/alimentação e de alojamento. Ao passarem a ser canis de não abate há que assegurar aquela de deveria ser sempre a missão destas instituições - garantir sempre o bem-estar animal. Para tal há que:

1. Garantir alimentação adequada e em quantidade suficiente (algo que não acontece) uma vez que irão passar a ter muito mais animais a cargo com idades e condições muito diferenciadas.
2. Assegurar o tratamento dos animais (algo que não acontece também, os animais entram nos canis e, estejam como estiverem, não são tratados a não ser que alguém exterior ao canil tome a iniciativa);
3. O ponto anterior releva-se essencial já que ao aumentar o número de animais nas instalações torna-se muito mais fácil a propagação de doenças se não houver a prevenção e tratamentos adequados;

4. Ao deixar de ser um canil de abate, qualquer que seja o canil, terá de ver bastante aumentadas as suas instalações que deverão ser certificadas e com áreas diferenciadas para as diferentes idades e condições dos animais - é extremamente importante assegurar esta vertente;

5. Para além do grande aumento de instalações há que garantir os recursos humanos em quantidade e em competência para estar num serviço tão específico;

6. Promover campanhas de sensibilização à adoção responsável, de chipagem/registo e de esterilização/castração mesmo para animais que não tenham sido entregues ou adotados nos canis municipais;

Muito nos agrada pensar que deixarão de existir canis de abate na nossa Região tanta vez má vista precisamente devido a esta questão. Concordamos plenamente com esta proposta mas é preciso garantir sempre o bem-estar animal. Este tem de ser sempre a missão de qualquer iniciativa.

Com os melhores cumprimentos

A Presidente da Direção
Ana Sofia Neves Ferreira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 2616	Proc. n.º 105
Data: 015, 09, 09	N.º 53/2